

## TCE-MS suspende licitação de R\$ 51 milhões da Lotesul após denúncias de irregularidades

Denúncias apontam direcionamento no edital e exigências técnicas incomuns que comprometem a competitividade; entre os denunciantes está Jamil Name Filho, preso na Operação Omertà.



Por Redação Jota FM 99.5





Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul suspendeu licitação da Lotesul após denúncias de direcionamento e exigências imagem ilustrativa

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) suspendeu uma licitação milionária do governo estadual destinada à contratação de uma empresa responsável pela gestão do sistema tecnológico da Loteria Estadual, a Lotesul. Avaliado em R\$ 51.474.339,31, o certame foi interrompido após denúncias de supostas irregularidades, entre elas, indícios de direcionamento no edital.

Segundo o despacho assinado pelo conselheiro e relator Márcio Monteiro, os termos da licitação levantaram dúvidas sobre a lisura do processo, especialmente devido à presença de exigências técnicas incomuns e consideradas injustificadas, que poderiam limitar a competitividade e a viabilidade econômica da disputa.

empresa vencedora teria como responsabilidade desenvolvimento de uma solução tecnológica para integrar os

sistemas de pagamento da Lotesul, além do acompanhamento do fluxo financeiro das operações. O contrato também previa manutenção contínua, ajustes e atualizações do sistema, com a entrega do código-fonte e banco de dados ao fim da vigência.

Entre os denunciantes está Jamil Name Filho, atualmente preso no presídio federal de Mossoró. Investigado na Operação Omertà, ele encaminhou ao TCE-MS alegações de que o processo apresentava direcionamentos evidentes, com cláusulas que favoreciam determinados concorrentes e comprometiam o interesse público.

"Considerando a complexidade e a especificidade técnica do objeto licitado, bem como a necessidade de verificação minuciosa quanto à adequação das exigências editalícias e sua compatibilidade com o interesse público, determino o encaminhamento dos autos à Divisão de Fiscalização de Contratações Públicas", diz trecho do despacho.

Com a suspensão, o TCE-MS aguarda agora a análise técnica da Divisão de Fiscalização para emitir um parecer definitivo sobre a regularidade ou não do processo licitatório. O governo do Estado ainda não se manifestou oficialmente sobre a decisão.









## **DEIXE SEU COMENTÁRIO**

## LEIA TAMBÉM

## **TEMPO HOJE**







